

## A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DAS CRIANÇAS: FRATURAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Karla de Oliveira Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho propõe apresentar considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (2017), que tem se configurado como política curricular nacional da educação brasileira, observando a concepção de cidadania presente neste documento oficial e suas implicações para a formação das crianças. A última versão da Base foi finalizada em 2016, após o golpe político-econômico jurídico e midiático, que culminou com o *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, dissipando as contribuições das universidades e movimentos sociais, pautando-se em uma visão conservadora e fundamentalista. Nessa perspectiva, temos a atuação de algumas empresas e organismos multilaterais que propagam o consenso da ineficácia do Estado, ganhando espaço/força na formulação das políticas educacionais. Essa investigação possui uma abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como técnica de análise dos dados, a Análise de Conteúdo. Consideramos que a infância em sua plenitude poderá ser invisibilizada e as crianças cooptadas pela escola para ingressarem em uma maquinaria de treinamento e disciplinamento para que se tornem úteis economicamente e socialmente, concebendo tais elementos como formação para a cidadania, provocando fraturas no protagonismo infantil e em sua atuação na sociedade enquanto sujeitos ativos e afirmativos de direitos.

**Palavras-chave:** Currículo, Base Nacional Comum Curricular, Cidadania, Crianças.

### INTRODUÇÃO

As reformas educacionais do final do século XX e início do século XXI têm provocado mudanças estratégicas na educação brasileira, principalmente com o protagonismo dos organismos multilaterais e o empresariado, na elaboração das políticas públicas de base ultra/neoliberal. Tais mudanças perpassam pela gestão educacional, currículo, sistemas de avaliação, formação de professores e financiamento, através de amplos programas em âmbito nacional e a nível local, destinados a cada escola de cada município do país.

Nessa conjuntura de implementação de políticas neoliberais no Brasil, o currículo passa a ser o centro de materialização da qualidade da educação, alicerçado

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. Orcid. <https://orcid.org/0000-0003-4954-8184>. E-mail: [karla.oliveira@uneal.edu.br](mailto:karla.oliveira@uneal.edu.br).

pelas avaliações em larga escala, que irão validar sua eficácia. Contudo, há um movimento de homogeneização curricular, que irá determinar o que as escolas públicas irão ensinar.

Sendo assim, nessa perspectiva homogeneizadora e universalizante, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, última versão de 2017, que se constitui como um documento impositivo, sem a real participação dos que estão no “chão da escola”, engessando o trabalho dos professores, estimulando um currículo nacional interligado às avaliações oficiais e produção de livros didáticos.

A partir do exposto, o que temos observado é a propagação de políticas educacionais amplas, que tentam regular e monitorar, interferindo diretamente no planejamento dos sistemas/redes de ensino e conseqüentemente na elaboração dos currículos, que estão diretamente vinculados à avaliação em larga escala, mantendo uma relação de competitividade e conseqüentemente de ranqueamento. Intervindo também, diretamente nos processos de subjetivação das crianças e na sua formação para o exercício da cidadania, podendo formar uma criança autogovernada da democracia liberal com aspectos de uma nova cidadania para uma economia global.

É de suma importância destacar que os discursos sobre a escola, se relacionam como instrumento de ascensão social e promoção da cidadania e concorrem para dar um sentido mais progressista à educação. No entanto, questionamos o tipo de cidadania proposto, que expõe as crianças, principalmente oriundos das camadas populares à segregações, reprovações e insucesso escolar ou que ainda talvez, promove seu crescimento intelectual, ao mesmo tempo em que propõe sua inserção cidadã ativa e crítica.

Ressaltamos a necessidade urgente de problematizar algumas questões acerca da concepção de cidadania e da formação das crianças, pautado no consenso hegemônico de igualdade educacional da BNCC, já que a mesma tem se configurado como currículo nacional.

O objetivo deste trabalho é investigar o modelo de cidadania no conteúdo da BNCC e suas implicações na formação das crianças, enquanto sujeitos ativos e

afirmativos de direitos. Destacamos que o referido objetivo faz parte de um dos elementos investigados em uma pesquisa de iniciação científica<sup>2</sup> concluída em julho de 2021.

A metodologia adotada é de cunho qualitativo, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, elegendo a análise de conteúdo como técnica de análise do documento da BNCC: Educação é a Base, do ano de 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Ministério da Educação.

## **METODOLOGIA**

Não temos a pretensão de propor conhecimentos verdadeiros, absolutos e universais, pelo fato de compreendermos que o processo de construção do conhecimento é algo inacabado e permanente, mas nesse processo de (re)/(des)/construção de conhecimentos acerca da formação para a cidadania das crianças, compreendemos a importância de tecer análises sobre um documento oficial, que na atualidade se configura como política educacional, ou seja; a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (2017).

Ressaltamos que para a proposta desse trabalho, a abordagem qualitativa se fez pertinente. Para uma validação coerente dos dados, adotamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a partir de estudos teóricos que abordam concepções de cidadania e sua relação com a formação das crianças. Utilizamos também a análise documental, como método central, analisando o Documento oficial da BNCC: Educação é a Base, do ano de 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Ministério da Educação.

A técnica adotada foi a Análise de Conteúdo da referida BNCC, tendo como fundamentação teórica os estudos de Bardin (2009) e Franco (2008), almejando tecer análises críticas sobre a formação para a cidadania das crianças, percebendo como os interditos no documento analisado aborda ou silencia as problemáticas desse estudo, pois como afirma Franco (2008), o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente

---

<sup>2</sup> Pesquisa de Iniciação Científica aprovada no Edital Nº 002/2020 PROPEP/UNEAL/FAPEAL: As concepções de infância e cidadania na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

desenhado ou/e simbolicamente explicitado sempre será ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito ou/e latente.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre cidadania da criança é recente na história nacional, pois surge a partir do arcabouço legal que é promulgado no Brasil ao final da década de 1980, sob a influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959 e da Convenção Mundial dos Direitos da Criança, em 1989, que foram premissas ao ideário de cidadania da infância.

A Convenção Mundial dos Direitos da Criança representa um marco jurídico, pois os países signatários se comprometeram a garantir os direitos das crianças na tomada de decisão, dando visibilidade à sua voz nos assuntos que lhe dizem respeito, fruto das pressões sócio-políticas. A criança passa a ser considerada cidadã, plena de direitos sociais e institucionais.

A Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 representam as lutas sociais por um Estado de direitos para as crianças.

Rizzini e Celestino (2016), acrescentam que a formação da Comissão Nacional da Criança e Constituinte e o movimento em prol dos direitos sociais, contribuíram para a promulgação da Carta Magna de 1988 e do ECA, em 1990.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garantiu direitos, principalmente protetivos, para todas as crianças, independente de sua origem ou classe social, baseado em um paradigma de proteção integral.

Sendo assim, é o ordenamento jurídico que irá tratar a criança como cidadã, compreendendo-a como sujeitos que possuem prerrogativas de uma vida e convivência digna, livre e igualitária em relação aos seus semelhantes. No entanto, o projeto neoliberal de sociedade possui um discurso de igualdade, que encobre as profundas desigualdades sociais, na qual são vitimizadas milhares de crianças neste país. (SANTOS,2018).

As crianças são as maiores afetadas pelo aumento das desigualdades sociais fomentada pela globalização, no qual não dão atenção às crianças em condições de vulnerabilidade e precariedade, representando a negação dos direitos das crianças. (MARCHI, 2007).

Há uma preocupação das políticas públicas com a formação da criança cidadã, no entanto, o que se almeja é a formação de um adulto futuro educado e ajustado às normas e padrões sociais. Segundo Faleiros (2011), uma política voltada para a cidadania implica outra relação com o Estado, baseada no direito e na participação, combina a autonomia da criança, com a solidariedade social e o dever do Estado em propiciar e defender seus direitos como cidadã.

As crianças não são sujeitos passivos de estruturas, políticas e processos, vistos como imaturas e carentes, e sim, sujeitos de direitos afirmativos e ativos, ou seja, atores na construção de suas próprias vidas e trajetórias sociais. (SANTOS, 2018).

Destarte, a educação exerce um papel importante, como questionadora desta sociedade, sendo necessário e urgente, que a escola repense suas práticas nesta modernidade, dando voz às crianças e promovendo uma criticidade sobre o mundo. No entanto, possui dificuldades de promover uma educação verdadeiramente emancipadora, que vá além da aquisição dos saberes universais, mas que torne as crianças capazes de desenvolver um pensamento crítico sobre a realidade que a cerca, valorize as especificidades de seu tempo, deem visibilidade ao seu protagonismo para o exercício pleno da cidadania.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal, ele tem significado e uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 2005).

Para Bonamino e Sousa (2012), há uma tendência universalista das propostas curriculares, reforçada por um consenso em escala mundial, no qual o currículo de cada país é comparável aos dos outros países.

De acordo com Danelon (2015),

O currículo torna-se uma ferramenta poderosa, cujo foco, para além do ensino e da difusão e/ou socialização do conhecimento, é vincular processos que denotam formas de produção de subjetividade. Nessa ótica, o currículo é formador, e, porque não dizer, formatador de maneiras como as crianças são vistas e como elas se veem como pessoas [...]. (p.235).

Nesse sentido, ganha centralidade a Base Nacional Comum Curricular, sendo urgente problematizar a formação das crianças para a cidadania, pautado no consenso hegemônico de igualdade educacional.

A versão final que se configurou com a atual BNCC, foi resultado das articulações de fundações e institutos privados, como: Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, entre outros, além de organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial (BM), que ganharam maior espaço com o golpe político-econômico jurídico e midiático em 2016, que culminou com o *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, excluindo as contribuições das universidades e movimentos sociais, pautando-se em uma visão conservadora.

Há um consenso dos defensores da BNCC, que a universalização de conhecimentos, habilidades e competências, garantiriam um projeto curricular que promovesse uma igualdade e qualidade da educação nacional. Ressaltamos que este documento se baseia no tecnicismo e na meritocracia, representando interesses privados em detrimento do interesse público.

Segundo Silva (2013), as narrativas contidas no currículo ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais, legitimando ou ilegitimando conhecimentos e quais vozes são autorizadas e quais não são, como também, quais grupos podem ou não serem representados.

Diante do exposto, como pensar na formação das crianças para a cidadania, com a imposição de uma educação da infância que atende à lógica do mercado, podendo o

desenvolvimento dos infantis, reduzindo-os à crianças treináveis, a-históricas e disciplinadas para uma vida adulta produtiva.

A partir da análise da BNCC da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, podemos destacar alguns elementos, que para nós são consideradas fraturas na formação das crianças para a cidadania, provocando um fosso no que a base legal estabelece, fruto das lutas políticas, dos estudos sobre a sociologia e antropologia da infância e que concebe estas crianças como produtoras de culturas e de saberes, tendo a escola e conseqüentemente o currículo, um papel primordial na compreensão das crianças enquanto sujeitos políticos, ativos, afirmativos e de direitos.

Ao analisar a Base da Educação Infantil encontramos a ausência da categoria cidadania ou outra expressão que pudesse se relacionar, como por exemplo: cidadão ou cidadã. Nesse sentido, vemos isso com bastante preocupação, pois o documento apresenta uma perspectiva colonizadora sobre a infância, não compreendendo as crianças pequenas como cidadãs, apresentando um paradigma único e universal de ser humano, que ainda concebe as crianças como sem voz, sem fala, imaturas, dependentes.

Na Base dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a categoria cidadania é recorrente, assim como; cidadão. Há um reconhecimento de encaminhar a formação para o exercício da cidadania como uma forma das crianças atuarem em sociedade de forma participativa e responsável. Ao mesmo tempo, que há um direcionamento de uma formação para a cidadania limitada aos direitos de aprendizagem, entendidos como a aquisição de habilidades e competências, principalmente para o quinto ano do Ensino Fundamental. O que poderia ser explicado por este ano em especial, ser definidor do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas brasileiras ao participarem da Prova Brasil.

Destacamos a importância de assumir as crianças como sujeitos ativos de direitos no contexto escolar e pensar que historicamente a infância avança em aspectos de caráter político-social e legal, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de avanços dos direitos. Entretanto, algumas problemáticas desse lugar da criança, tem contribuído para negar o direito de viver a infância, negando uma proposta específica que valorize a formação em seu tempo humano, tendo uma visão limitada da infância como um tempo de passagem para outros tempos, limitado à aquisição e domínios de

competências que são hierarquizadas para percursos geracionais mais definidos como a juventude e a vida adulta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características mais marcantes no cenário educacional desde a última década do século XX tem sido a iniciativa do governo brasileiro no sentido de implantar reformas na política educacional, com a intenção de garantir a inserção e a permanência dos estudantes no sistema público de ensino, com qualidade educacional e social. Nesse contexto, acontece uma intensificação na formulação e implementação de políticas públicas, objetivando a adequação do sistema educacional brasileiro ao setor produtivo, através da inserção no mercado globalizado e pela aplicação de políticas de cunho neoliberal.

As políticas atuais tem exercido um governo sobre as crianças, visando o treinamento com o foco em aquisição de habilidades e competências mensuráveis, que privilegiam conteúdos e que serão testadas nas avaliações oficiais, sob o discurso de uma igualdade e qualidade educacional que despreza as desigualdades sociais, a alteridade, as diferenças culturais e a infância.

A BNCC se insere nesta problemática, com a imposição e autoritarismo de um currículo padronizado, homogeneizador e universal para todas as escolas deste país, contrariando inclusive a LDBEN de 1996, retirando a autonomia das instituições em elaborar sua proposta pedagógica.

Como visto, a formação para a cidadania das crianças é fraturada, pela determinação de um rol de habilidades e competências que precisam ser apropriadas pelas crianças, para atender aos escores dos sistemas de avaliações oficiais, comprometendo sua formação para a cidadania. Ainda precisamos avançar, destituindo a infância de uma concepção adultocêntrica, onde os adultos colonizam a infância, a partir de uma perspectiva de que ela pertence a um território próprio, definindo, controlando, moralizando e disciplinando os infantis para que se tornem úteis socialmente e economicamente.

É importante ressaltar que há uma ênfase numa concepção de cidadania voltada para a formação e atuação em sociedade das crianças. Ao mesmo tempo, que ainda limita esta formação aos aspectos escolarizantes, de aquisição de habilidades e competências para ingresso no mercado de trabalho.

A educação exerce um papel importante, como questionadora desta sociedade marcada pela desigualdade. Contudo, ainda possui dificuldades de promover uma educação verdadeiramente emancipadora, que vá além da aquisição dos saberes universais, mas que torne as crianças capazes de desenvolver um pensamento crítico sobre a realidade que a cerca, valorize as especificidades de seu tempo, deem visibilidade ao seu protagonismo para o exercício da cidadania. É preciso um movimento de resistência contra estas políticas educacionais, que desconsidere essa lógica do mercado de trabalho e a adesão às agendas empresariais, que fortalece as parcerias público-privado e desmonta as políticas públicas de Estado.

Não obstante, é necessário e urgente que se radicalize as relações democráticas, principalmente com o avanço do conservadorismo e fundamentalismo religioso em Estados democráticos de direitos, que influenciam as políticas públicas educacionais e que almeja um movimento de conformação social em uma sociedade desigual. A formação das crianças para a cidadania e a garantia do direito à educação é uma luta permanente.

## AGRADECIMENTOS

Às bolsistas: Edilânia Lúcia Gregório, Érica Dias Lima e Jackeline dos Santos Silva e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. Ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. (2012). Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2021.

DANELON, Márcio. A infância capturada: escola, governo e disciplina. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.217-239.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: Rizzini, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.33-96.

FRANCO, Maria Laura Publisi Franco. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 3 ed. Liber Livro Editora, 2008.

MARCHI, Rita de Cássia. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não criança” no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funaben. In: **História social da infância no Brasil**. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). 9.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016, p.229-249.

SANTOS, Karla de Oliveira. **A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos/AL**. (Tese de doutorado em educação). Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação, Maceió, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. 11ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.185-201.